

Ação extra para elevar arrecadação

Governo amplia a abrangência do adicional do IOF e reduz benefício fiscal a exportadores

Arquivo

Leandra Peres

BRASÍLIA

A Receita Federal anunciou ontem duas medidas para aumentar a arrecadação de impostos este ano e garantir o cumprimento da nova meta de superávit primário (que não inclui as despesas com o pagamento de juros) de 3,1% do PIB acertada com o FMI. O adicional de 0,38 ponto percentual do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), que o Governo havia criado para compensar o atraso na cobrança da CPMF e era cobrado anualmente, passará a ser incluído no custo dos empréstimos independente da duração do financiamento. A Receita também está reduzindo o benefício fiscal para as empresas exportadoras.

Ganho de receita com incentivo fiscal menor será superior a R\$ 1 bi

O ganho de arrecadação com a diminuição dos incentivos fiscais será de, no mínimo, R\$ 1 bilhão e, mesmo sabendo que a mudança no cálculo do IOF trará ganhos de receita, o Fisco não quis estimar quanto. Estas medidas facilitam o cumprimento do acordo assinado com o FMI e também reduzem o valor dos cortes que o Governo terá que fazer no Orçamento.

A partir de 15 de março, as pessoas físicas ou jurídicas que pegarem empréstimos terão que pagar mais IOF. Quando o Governo criou o adicional de 0,38 ponto percentual ao IOF para compensar a demora na arrecadação da CPMF, no minipacote do fim do ano passado, determinou que a cobrança fosse feita proporcionalmente ao tempo do financiamento. Com a mudança, o adicional será pago integralmente, sem levar em conta quanto tempo o dinheiro fica emprestado.

— Os empréstimos de curto prazo serão mais onerados. Se esta alteração no cálculo for aplicada a um empréstimo mais longo o efeito é diluído. Estamos apenas igualando o pagamento do adicional de 0,38 ponto percentual ao da CPMF. Quando se faz o saque na conta corrente, a CPMF é paga integralmente, sem levar em conta o tempo que o dinheiro ficou depositado. Se o adicional continuasse sendo pago proporcionalmente não cobriria as perdas com a contribuição, pois só os empréstimos de um ano estariam pagando 0,38 integralmente — explicou o técnico da Receita Federal, Jurandir Vasconcelos.

Mudança no IOF vai vigorar até que a nova CPMF entre em vigor

A alteração no cálculo do IOF deve durar até a entrada em vigor da nova CPMF, e nada mudará no cálculo do imposto nas aplicações em renda fixa, que continuam recolhendo o adicional no momento da aplicação dos recursos.

A Receita também está proibindo as empresas de usarem créditos que tenham acumulado contra o Fisco por causa do pagamento de PIS e Cofins nos produtos exportados.

Até agora, as empresas podiam descontar do que devem de IPI o que pagaram de PIS e Cofins na exportação. Com a proibição do abatimento, a Receita deve arrecadar R\$ 1 bilhão, uma estimativa conservadora já que a desvalorização do real deverá estimular as exportações, que não terão mais o benefício fiscal.



O SECRETÁRIO da Receita, Everardo Maciel: o ganho de arrecadação com a mudança na cobrança do adicional de IOF ainda não foi calculado